



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macuco
Poder Legislativo

Ata MCCCLXXIV da Sessão Ordinária da Oitava Legislatura da Câmara Municipal de Macuco, realizada no dia 30 de março de 2026, às 17h, Na forma regimental;

Ata da 7ª (Sétima) Sessão Ordinária, do 2º (segundo) Período Legislativo, da 8ª (oitava) Legislatura da Câmara Municipal de Macuco, realizada aos trinta dias do mês de março de 2026, na Travessa Mercedes Monteiro Machado n.º 43, na cidade de Macuco, neste Estado. Ausente no ato o Vereador Alberto de Oliveira Herdy. O Presidente José Hugo Marcílio Martins Carvalho Neto deu por aberta a Sessão. Ato seguinte, colocou a Ata da Sessão Ordinária do dia 23 de março de 2026 em Única Discussão e Votação a qual foi aprovada por unanimidade pelos presentes. A palavra foi franqueada ao Pequeno Expediente. Fez uso da palavra o Vereador Alessanio Badini Joy o qual cumprimentou os colegas Vereadores, o público presente, os que acompanhavam pelas redes sociais e os funcionários da Casa. Em seguida, informou que utilizava a Tribuna, em um primeiro momento, para solicitar a cooperação de todos os Vereadores, propondo que, por meio de um espírito de colaboração e solidariedade, pudessem se reunir para alinhar questões relacionadas a Projetos de Lei de relevante interesse público. Relatou que já havia conversado com alguns parlamentares, entre eles os Vereadores Leandro Abreu Spíndola (Leco), Adenilson da Costa Pereira (Mimi), José Luiz Estefani e com o Presidente em ocasião anterior, destacando a necessidade de organizar a tramitação de projetos que se encontravam acumulados na Casa. Ressaltou a importância de estabelecer uma ordem cronológica para análise das proposições, a fim de que, por meio de uma força-tarefa, pudessem dar andamento a matérias que aguardavam deliberação há considerável tempo. Mencionou, como exemplo, o Projeto de Lei que institui a concessão de benefícios eventuais assistenciais à população, protocolado em 19 de dezembro de 2025, o qual reunia diversos auxílios, como auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio kit higiene, auxílio-alimentação, Auxílio Macuco, auxílio-transporte, auxílio-transporte prisional, auxílio-moradia, auxílio-inverno, auxílio-reforma e auxílio-acolhida. Destacou que a população aguardava a regulamentação para que tais benefícios pudessem ser efetivamente aplicados. Referiu-se também ao Projeto de Lei nº 21/2025, que trata da instituição de serviços de acolhimento em família acolhedora para crianças, adolescentes, idosos e pessoas adultas com deficiência, igualmente protocolado em 19 de dezembro de 2025. Além disso, citou o Projeto de Lei nº 002/2026, protocolado em 29 de janeiro de 2026, que visa ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no âmbito municipal. O Vereador esclareceu que sua manifestação não se referia a Projetos protocolados recentemente, mas sim àqueles que já tramitavam há mais

Bruno Miranda Cardoso
1º Secretário
Poder Legislativo de Macuco

José Hugo Marcílio
Martins Carvalho Neto
Presidente
Poder Legislativo de Macuco

tempo, ressaltando a necessidade de dar prioridade a essas matérias. Enfatizou ainda que sua proposta não tinha caráter individual, mas coletivo, visando atender ao interesse público da população de Macuco, destinatária final dos serviços prestados pelo Poder Público. Colocou-se à disposição para colaborar no que fosse necessário, solicitando o apoio dos demais Vereadores, da Presidência, da Mesa Diretora e das Comissões permanentes, a fim de acelerar a tramitação dos projetos de lei, independentemente de futuras deliberações em plenário. Por fim, agradeceu a atenção de todos e encerrou sua fala. Fez uso da palavra o Vereador Leandro Abreu Spíndola o qual cumprimentou os colegas Vereadores, o público presente e os que acompanhavam pelas redes sociais. Iniciou sua fala reiterando a manifestação do Vereador que o antecedeu, afirmando que todos os Projetos que fossem de benefício para a população e de suma importância certamente contariam com a aprovação dos parlamentares. Entretanto, ponderou que o Poder Executivo também deveria analisar com maior atenção os Projetos de autoria dos Vereadores. Relatou que já havia apresentado três ou quatro Projetos de Lei que foram vetados pela chefe do Executivo e, posteriormente, judicializados, o que, segundo ele, acabava prejudicando diretamente a população. Citou como exemplo um Projeto de Lei de sua autoria, elaborado em conjunto com outros Vereadores, que previa a disponibilização de transporte escolar, uma vez por semana, para estudantes até o município de Cordeiro. Informou que o Projeto foi vetado, o veto foi derrubado pelo Legislativo, mas, ainda assim, houve judicialização por parte do Executivo, impedindo sua efetivação, apesar de sua relevância para os jovens do município. Mencionou também outro Projeto de Lei de sua autoria, que garantia transporte exclusivo para pacientes em pós-operatório, destacando a importância da medida, especialmente para aqueles que retornam de atendimento em outras cidades. Ressaltou que, mesmo sendo uma iniciativa de grande relevância social, o Projeto também foi vetado. O Vereador destacou que diversos Projetos apresentados por parlamentares, como os de autoria dos Vereadores Plínio Daflon, José Luiz Estefani, Bruno Miranda e José Hugo Carvalho, também foram vetados, questionando se todos seriam, de fato, ilegais, considerando que passam pela análise do setor jurídico da Casa. Informou que, até o momento, apenas dois Projetos haviam sido aprovados pelo Executivo, sendo um de autoria do Vereador Adenilson Pereira (Mimi), que reconheceu o concurso leiteiro como patrimônio cultural imaterial do município, e outro de autoria do Vereador Plínio. Reafirmou seu apoio a todas as matérias que beneficiem a população, colocando-se à disposição para atuar em conjunto com os demais Vereadores. Contudo, enfatizou a necessidade de que o Poder Executivo também avalie com maior sensibilidade os Projetos oriundos do Legislativo. Por fim, sugeriu que a população refletisse sobre a situação e avaliasse quem estaria correto diante dos constantes vetos, encerrando sua fala. Pediu a parte o Vereador Alessanio Badini Joy que afirmou ter compreendido a fala do colega, destacando que, assim como houve Projetos vetados pelo entendimento do Poder Executivo, também houve proposições de sua autoria, em conjunto com a Vereadora Myrella Daflon e o Vereador Alberto Herdy, relacionadas à Festa de São João Batista, que igualmente foram vetadas. Ressaltou que o Legislativo busca sempre atuar com cooperação em prol do interesse público, mas, quando entende que determinada decisão não está correta, recorre aos meios legais cabíveis. Destacou que, em outras ocasiões, os Vereadores já haviam se posicionado pela derrubada de vetos, quando assim julgaram pertinente. Acrescentou que, diante de novos

vetos, os parlamentares continuarão a agir com imparcialidade, votando pela manutenção ou rejeição conforme o entendimento de cada caso. Reforçou ainda que sua intenção, ao se manifestar anteriormente, era defender que Projetos de interesse público sejam apreciados com prioridade. Por fim, concordou com a colocação do Vereador Leandro Abreu Spíndola, classificando-a como pertinente e relevante, e defendeu que todos os Projetos de Lei sejam analisados com atenção, visando sempre o bem da população, encerrando sua fala. A palavra retornou ao Vereador Leandro Abreu Spíndola o qual iniciou sua fala pedindo desculpas por não ter mencionado anteriormente o Projeto de autoria dos Vereadores Alessanio Badini, Myrella Daflon e Alberto Herdy, relacionado ao desfile, destacando tratar-se de uma iniciativa importante e de tradição no município. Em seguida, reforçou a necessidade de união entre os parlamentares, enfatizando que o trabalho do Legislativo deve ser conduzido de forma conjunta, sempre em prol dos munícipes de Macuco, independentemente de posicionamentos partidários. Destacou ainda a importância de se deixar de lado eventuais divergências entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, ressaltando que, com a harmonia entre os poderes, quem se beneficia é a população. Por fim, agradeceu as palavras do Vereador que o antecedeu e encerrou sua fala. Fez uso da palavra o Vereador Plínio César Daflon Vieira o qual cumprimentou os presentes e iniciou sua fala abordando a tramitação dos Projetos de Lei no âmbito da Casa Legislativa. Relatou que diversas proposições são aprovadas pelo Legislativo, encaminhadas ao Poder Executivo e, posteriormente, vetadas, retornando à Câmara, onde os vetos são, por vezes, derrubados pelos Vereadores. No entanto, segundo destacou, mesmo após a derrubada, ocorre a judicialização por parte do Executivo. Acrescentou que, em alguns casos, Projetos que foram sancionados não estariam sendo devidamente cumpridos, o que, em sua visão, compromete a efetividade do trabalho legislativo. Diante disso, questionou o papel do Vereador, ressaltando que suas atribuições incluem fiscalizar, legislar, apresentar Indicações e sugestões, demonstrando preocupação com a desvalorização dessas funções. O Vereador destacou ainda que a elaboração de Projetos de Lei exige análise, discussão e respaldo jurídico, não sendo um trabalho realizado de forma superficial. Mencionou, inclusive, que já havia buscado diálogo com outros colegas parlamentares, reconhecendo a capacidade técnica deles, especialmente no âmbito jurídico. Em relação às cobranças sobre a tramitação de Projetos oriundos do Poder Executivo, reconheceu que houve atrasos, justificando que parte deles decorreu de mudanças na composição das comissões permanentes, com substituições de membros, o que impactou o andamento dos trabalhos. Por fim, solicitou que também fosse considerado o esforço dos Vereadores, ressaltando que muitos Projetos apresentados pelo Legislativo são voltados ao atendimento das necessidades da população, especialmente dos mais necessitados. Encerrou sua fala agradecendo a atenção de todos. Pediu a parte o Vereador Alessanio Badini Joy o qual dirigiu-se ao colega, solicitando esclarecimentos acerca da informação mencionada sobre Projeto de Lei aprovado pelo Legislativo, sancionado pelo Poder Executivo e que, segundo relato, não estaria sendo cumprido. Informou não ter conhecimento de tal situação. Ressaltou que, caso confirmada a existência de lei em vigor sem a devida aplicação, compete aos Vereadores exercerem a função fiscalizadora quanto ao seu cumprimento. Dessa forma, solicitou que o colega indicasse qual seria o referido Projeto, colocando-se à disposição para atuar conjuntamente na apuração e fiscalização do caso. Por

fim, reafirmou seu compromisso e apoio nesse sentido, encerrando sua fala. A palavra retornou ao Vereador Plínio César Daflon Vieira afirmou que a lei deve ser cumprida por todos, ressaltando que ninguém está acima do ordenamento jurídico. Destacou que, quando uma lei não é cumprida, cria-se a impressão de que há quem se considere acima dela, o que não deve ocorrer. Esclareceu que o caso mencionado se refere ao Projeto de Lei sobre o Turismo Rural, o qual classificou como uma iniciativa relevante para o município. Explicou que a proposta visava justamente evitar a interrupção de práticas relacionadas ao turismo rural, atividade que, segundo ele, era desenvolvida na gestão anterior e proporcionava geração de renda tanto para os produtores quanto para seus colaboradores. Relatou que, apesar de o Projeto ter sido sancionado pelo Poder Executivo, até o momento não teria sido efetivamente implementado, permanecendo sem aplicação prática. Acrescentou que, em sua avaliação, a atual gestão não demonstra interesse na continuidade do turismo rural, o que teria contribuído para a paralisação da atividade. Por fim, reiterou que a lei foi devidamente sancionada, mas segue sem cumprimento, encerrando sua manifestação. O Presidente José Hugo Marcílio Martins Carvalho Neto fez suas considerações finais informando que, não havendo mais Vereadores inscritos para se manifestar, faria uso da palavra. Destacou que todos os parlamentares têm o direito de se expressar na Tribuna e afirmou que, durante o período de um ano e três meses à frente da Presidência, conduziu os trabalhos sem levar em consideração posicionamentos partidários. Ressaltou que os Projetos apreciados na Casa foram debatidos de forma honesta e responsável, destacando, inclusive, que até o momento não havia rejeitado nenhum projeto oriundo do Poder Executivo. Afirmou que suas atitudes refletiam sua postura, bem como a dos demais vereadores. Em relação às críticas sobre a demora na tramitação de Projetos, esclareceu que houve, de fato, atraso, uma vez que determinadas proposições deram entrada durante o período de recesso legislativo. Acrescentou que também houve a necessidade de substituição de membro em comissão permanente, em razão do afastamento de vereador por motivos pessoais, o que inviabilizou temporariamente o andamento das matérias. Informou que a situação já havia sido regularizada com a realização de nova eleição para composição da Comissão, possibilitando, assim, o prosseguimento da tramitação dos Projetos. Reafirmou que todos os vereadores atuam em prol do bem comum, que é a população. O Presidente também ponderou, em consonância com falas de outros Vereadores, que Projetos de autoria do Legislativo, mesmo quando aprovados, por vezes não são sancionados dentro do prazo legal ou enfrentam dificuldades para sua efetiva implementação, citando como exemplo matérias relacionadas a reajustes de servidores públicos e outras iniciativas voltadas à população. Enfatizou a necessidade de equilíbrio e isonomia na análise das proposições, tanto do Executivo quanto do Legislativo, defendendo que se utilize o mesmo critério para ambos. Reafirmou que, durante sua gestão, não houve perseguições ou atrasos deliberados, mas sim diálogo e respeito às diferentes opiniões dos parlamentares. Por fim, destacou que nunca houve imposição para aprovação de Projetos específicos, reiterando o compromisso com a transparência, o respeito institucional e o interesse público, encerrando sua fala. Pediu a parte o Vereador Alessanio Badini Joy o qual afirmou, em caráter de finalização, que compreendeu a colocação do Presidente, esclarecendo que, ao utilizar a Tribuna anteriormente, referia-se à necessidade de organização dos processos legislativos, independentemente do resultado das votações. Destacou

que a questão envolvendo a Comissão de Saúde já se encontrava superada, ressaltando, contudo, que ainda há projetos que tramitam em outras Comissões, como a de Assistência Social, entre outras. Reforçou que seu pedido se restringia à compreensão e colaboração de todos os Vereadores para que as matérias de maior relevância, que aguardam tramitação, sejam organizadas e pautadas. Enfatizou que o ambiente entre os parlamentares é harmonioso, com diálogo aberto entre todos, o que contribui para o bom andamento dos trabalhos legislativos. Por fim, manifestou a expectativa de que os Projetos pendentes sejam colocados em ordem e apreciados em plenário, independentemente do resultado das deliberações, encerrando sua fala. A palavra retornou ao Presidente José Hugo Marcílio Martins Carvalho Neto o qual ressaltou, a título de exemplo, que também possui Projeto de sua autoria em tramitação na Casa, relacionado à área da saúde, especificamente voltado à endometriose, o qual ainda não havia sido pautado. Explicou que a demora ocorreu em razão das dificuldades enfrentadas com a composição das Comissões e o período de recesso legislativo, o que acabou ocasionando o acúmulo de matérias. Destacou que, mesmo com o Projeto já instruído com pareceres, optou por não o incluir na pauta naquele momento, justamente em razão dessas circunstâncias. No entanto, assegurou que será dada celeridade à tramitação das proposições. Acrescentou que a Casa Legislativa sempre atuou com agilidade quando necessário, citando como exemplo situações em que projetos do Poder Executivo foram apreciados e votados no mesmo dia, inclusive sem constarem previamente na pauta, em razão de sua urgência. Por fim, reafirmou o compromisso de dar andamento aos projetos acumulados, mantendo a dinâmica de trabalho já adotada pela Casa, encerrando sua manifestação. Pediu a parte o Vereador Alessanio Badini Joy o qual afirmou ter conhecimento do Projeto mencionado, referente à endometriose, destacando tratar-se de uma matéria relevante na área da saúde. Ressaltou que, conforme já havia mencionado anteriormente, é importante que os Projetos de Lei de autoria dos Vereadores também sejam incluídos na pauta. Sugeriu, assim, que a referida proposição seja colocada para apreciação o mais breve possível, a fim de que possa ser devidamente deliberada em plenário. Por fim, reiterou seu posicionamento favorável à celeridade na tramitação das matérias e encerrou sua fala. Não havendo mais quem quisesse fazer o uso da palavra no Pequeno Expediente, o Presidente solicitou o Secretário Geral Leandro Carvalho Queiroz para que fizesse a leitura do Grande Expediente. No Grande Expediente foi feita a leitura do Ofício Gab/N.º 0056/2026 de autoria do Poder Executivo Veto Integral ao Projeto de Lei N.º 027/2025 de autoria do Vereador Leandro Abreu Spíndola; dos Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e Comissão de Saúde e Assistência Social referente ao Projeto de Lei N.º 019/2025 de autoria do Vereador Plínio César Daflon Vieira que dispõe "Autoriza o Poder Executivo a criar o Sistema Municipal de Empréstimo de Equipamentos de Apoio à Saúde e Mobilidade no âmbito do município de Macuco, e dá outras providências."; do Projeto de Lei N.º 023/2025 de autoria da Mesa Diretora que dispõe "Institui normas de transparência na realização de eventos custeados total ou parcialmente com recursos públicos municipais, e dá outras providências."; do Projeto de Lei N.º 005/2026 de autoria do Vereador Leandro Abreu Spíndola que dispõe "A obrigatoriedade de implementação de estruturas de lazer inclusivas e adaptadas em todas as obras públicas de uso coletivo a serem executadas pelo Poder Executivo

no município de Macuco, e dá outras providências.”; da Indicação N.º 178/2026 de autoria do Vereador Bruno Miranda Cardoso “Que seja providenciado construção de calçadas nos trechos onde não há, na Avenida José Malaquias, no Bairro da Reta.”; da Indicação N.º 179/2026 de autoria dos Vereadores Alessanio Badini Joy e Alberto de Oliveira Herdy “A implantação de uma “Casa” ou similar, destinado como local para o atendimento de pessoas neuro atípicas e neurodivergentes.”; da Indicação N.º 180/2026 de autoria dos Vereadores Myrella Daflon Abreu e Adenilson da Costa Pereira “Anteprojeto de Lei que dispõe sobre: Concede ao servidor público municipal de Macuco/RJ um dia de folga remunerada na data de seu aniversário e dá outras providências.”; da Indicação N.º 181/2026 de autoria do Vereador Leandro Abreu Spíndola “O fornecimento gratuito de óculos de grau à população de baixa renda.”. A palavra foi franqueada ao Grande Expediente. Fez uso da palavra o Vereador Leandro Abreu Spíndola retomou a palavra, dirigindo-se aos colegas Vereadores, e apresentou mais um Projeto de sua autoria, destacando tratar-se de uma iniciativa voltada à inclusão social. Informou que o Projeto aborda questões relacionadas a crianças com necessidades especiais, incluindo condições como TEA, TDAH e TOD, ressaltando a importância da proposta para o atendimento desse público. Solicitou a colaboração dos demais parlamentares para que analisem o Projeto com atenção e sensibilidade. Requereu ainda ao senhor Presidente que, se possível, o Secretário da Casa providenciasse a impressão do referido Projeto e sua distribuição a todos os Vereadores, a fim de que possam estudá-lo previamente. Acrescentou que a matéria deverá ser incluída em pauta para votação na próxima sessão, reiterando seu pedido para que seja apreciada com o devido cuidado. Por fim, fez uma provocação ao Poder Executivo, questionando se o Projeto seria vetado ou implementado, desafiando a chefe do Executivo quanto à futura decisão, e encerrou sua fala. Fez uso da palavra o Vereador Alessanio Badini Joy cumprimentou os presentes e informou que retornava à Tribuna para apresentar a Indicação nº 179/2026, de sua autoria em conjunto com o Vereador Alberto Herdy. Esclareceu que a referida indicação solicita ao Poder Executivo a criação e implantação de uma casa, centro de convivência ou espaço similar destinado ao atendimento de pessoas neuroatípicas e neurodivergentes no município. Justificou a proposição destacando o aumento significativo de casos nos últimos anos, ressaltando a necessidade de um local adequado para oferecer atendimento digno e humanizado. Mencionou que o espaço teria como objetivo atender pessoas com condições como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), Transtorno Opositor Desafiador (TOD), dislexia, entre outros, por meio de uma equipe técnica multidisciplinar. O Vereador destacou ainda que já havia tido uma indicação de sua autoria atendida anteriormente, referente à contratação de um neuropediatra para o município, o que contribuiria para a formação de uma equipe especializada no atendimento dessas demandas. Ressaltou que iniciativas semelhantes já vêm sendo adotadas com sucesso em outros municípios, defendendo que a medida também seja implementada em Macuco, visando beneficiar especialmente as crianças que necessitam desse tipo de atendimento. Por fim, solicitou a atenção do Poder Executivo para a Indicação apresentada e manifestou o desejo de que a proposta seja acolhida em benefício da população, especialmente das crianças do município, encerrando sua fala. Fez uso da palavra o Vereador Plínio César Daflon Vieira o qual iniciou sua fala


Bruno Miranda Cardoso
1º Secretário
Poder Legislativo de Macuco


José Hugo Martins
Carvalho Neto
Presidente
Poder Legislativo de Macuco

destacando que apresentava um Projeto que, embora simples, considerava extremamente necessário, voltado à transparência e ao respeito com os recursos públicos. Ressaltou que os eventos realizados no município possuem importância significativa, contribuindo para o fomento da economia local, valorização da cultura e oferta de lazer à população, enfatizando que não há oposição a tais iniciativas. No entanto, pontuou que a população frequentemente questiona os valores investidos, os responsáveis pelas contratações e a forma como os recursos são aplicados, nem sempre obtendo respostas claras. Explicou que o projeto, de autoria conjunta de cinco vereadores, tem como objetivo garantir maior transparência na realização de eventos custeados com recursos públicos, assegurando que todas as informações sejam amplamente divulgadas, acessíveis e compreensíveis à população. Destacou que a proposta não cria despesas adicionais nem dificulta a atuação da administração pública, mas busca assegurar o cumprimento de um princípio fundamental da gestão pública, que é a transparência. Enfatizou que os recursos públicos pertencem à população, que, por sua vez, tem o direito de acompanhar sua aplicação. Acrescentou que a iniciativa contribui para o fortalecimento da confiança entre a população e o poder público, além de evitar dúvidas e desconfianças, valorizando a atuação de gestores que trabalham com seriedade. Por fim, classificou o projeto como moderno, necessário e justo para a população de Macuco, agradeceu a atenção de todos e encerrou sua fala. Não havendo mais quem quisesse fazer o uso da palavra no Grande Expediente, o Presidente passou para a Ordem do Dia. Encaminhou o Ofício Gab/Nº 0056/2026 de autoria do Poder Executivo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em seguida, colocou os Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira e Comissão de Saúde e Assistência Social referente ao Projeto de Lei N.º 019/2025 de autoria do Vereador Plínio César Daflon Vieira em Única Discussão e Votação os quais foram aprovados por unanimidades pelos presentes. Colocou o Projeto de Lei em tela, em Primeira Discussão e Votação o qual foi aprovado por unanimidade pelos presentes, foi à Segunda Discussão e Votação. Encaminhou o Projeto de Lei N.º 023/2025 de autoria da Mesa Diretora as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Encaminhou o Projeto de Lei N.º 005/2026 de autoria do Vereador Leandro Abreu Spíndola as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Na sequência, encaminhou as Indicações dos Nobres Vereadores, apresentadas e lidas na sessão a Chefe do Poder Executivo. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, e para constar, Eu, Leandro Carvalho Queiroz, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Presidente _____ e pelo 1º Secretário _____.


Bruno Miranda Cardoso
1º Secretário
Poder Legislativo de Macuco


**José Hugo Marcilio
Martins Carvalho Neto**
Presidente
Poder Legislativo de Macuco